

ECTE - Empresa
Catarinense de
Transmissão de
Energia S.A.

**Demonstrações
contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018**
Com relatório dos Auditores
Independentes

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	3
Balanços patrimoniais	8
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	13



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da
ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL.



Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

- **Ativo Imobilizado**

Nota Explicativa n.º 3 e n.º 5 às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui registrado no seu Balanço Patrimonial na rubrica ativo imobilizado o montante de R\$ 98.260 mil relativo aos seus ativos de transmissão. Esses ativos são mensurados ao custo histórico de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável, menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

A Companhia considera as estimativas de vida útil determinadas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) para fins de determinação da depreciação dos seus ativos de transmissão. Devido ao fato desses ativos serem os elementos mais relevantes das demonstrações contábeis regulatórias que influenciam diretamente o resultado da atividade e consequentemente o patrimônio líquido e o ativo total, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias como um todo, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados à depreciação do ativo imobilizado. Avaliamos as políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado e confrontamos os mapas auxiliares relativos ao ativo imobilizado com os saldos contábeis. Adicionalmente, em base amostral, efetuamos o recálculo da depreciação do ativo imobilizado com base nas vidas úteis determinadas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), confrontando o resultado do recálculo com os saldos contábeis. Obtivemos ainda a análise da Companhia sobre existência de indicadores de redução ao valor recuperável dos bens do ativo imobilizado, e, avaliamos se as informações utilizadas para essa avaliação eram razoáveis e consistentes. Por fim, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas sobre o ativo imobilizado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.



Outros assuntos

A ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 28 de março de 2019.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma



perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de abril de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Anselmo Neves Macedo
Contador CRC 1SP160482/O-6

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativo			
<u>Ativo Circulante</u>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.2	13.947	45.837
Concessionárias e Permissionárias	4	5.029	3.955
Serviços em Curso		2.519	2.715
Tributos Compensáveis		284	241
Despesas Pagas Antecipadamente		2	3
Outros Ativos Circulantes		1.545	5.261
<u>Ativo Não Circulante</u>			
Concessionárias e Permissionárias	4	913	891
Depósitos Judiciais e Cauções		18	28
Outros Ativos Não Circulantes		25	25
Participações Societárias Permanentes		106.763	98.975
Imobilizado	5.1	98.260	102.239
Intangível	5.2	2.533	2.683
Total do Ativo		<u>231.838</u>	<u>262.853</u>
Passivo			
<u>Passivo Circulante</u>			
Fornecedores		391	659
Debêntures	6.1	36.325	27.594
Obrigações Sociais e Trabalhistas		924	776
Tributos		6.603	9.601
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio		11.014	24.992
Encargos Setoriais		3.319	3.566
Outros Passivos Circulantes		1.338	2.809
<u>Passivo Não Circulante</u>			
Debêntures	6.1	76.764	112.557
Provisão para Litígios	7	-	150
Outros Passivos Não Circulantes		844	500
Total do Passivo		<u>137.522</u>	<u>183.204</u>
Patrimônio Líquido			
Capital Social	8.1	42.095	42.095
Reservas de Lucros	8.2	52.221	37.554
Total do Patrimônio Líquido		<u>94.316</u>	<u>79.649</u>
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		<u>231.838</u>	<u>262.853</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Operações em Continuidade			
Receita / Ingresso			
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	9	48.564	63.591
(-) Parcela Variável	9	(212)	-
Tributos			
PIS-PASEP		(315)	(413)
Cofins		(1.453)	(1.908)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(438)	(590)
Reserva Global de Reversão - RGR		(1.257)	(1.653)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(193)	(254)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		44.696	58.773
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		44.696	58.773
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e Administradores	10	(4.855)	(4.805)
Material		(40)	(126)
Serviços de Terceiros		(998)	(1.373)
Arrendamento e Aluguéis		(117)	(124)
Seguros		(20)	(29)
Doações, Contribuições e Subvenções		(175)	(391)
Provisões		150	(45)
Tributos		(59)	(48)
Depreciação e Amortização		(4.488)	(4.495)
Outras Receitas Operacionais		(249)	-
Resultado da Atividade		33.845	47.337
Equivalência Patrimonial			
		7.788	8.111
Resultado Financeiro			
Despesas Financeiras		(10.054)	(12.539)
Receitas Financeiras		1.730	2.132
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		33.309	45.041
Despesa com Impostos sobre o Lucro	11	(7.628)	(11.397)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade		25.681	33.644
Resultado Líquido do Exercício		25.681	33.644
Atribuível Aos:			
Acionistas Controladores		25.681	33.644
Lucro Por Ação			
Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,610072	0,799240
Diluído - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,610072	0,799240
Lucro por Ação Originado das Operações em Continuidade			
Básico - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,610072	0,799240
Diluído - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,610072	0,799240

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Resultado do Exercício	25.681	33.644
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Outros Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	-	-
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	<u>25.681</u>	<u>33.644</u>
Atribuível Aos:		
Acionistas Controladores	25.681	33.644

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucro	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	42.095	58.319	-	100.414
Dividendos Adicionais Aprovados	-	(44.917)	-	(44.917)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	33.644	33.644
Destinação Proposta à A.G.O.:				
Dividendos	-	-	(9.492)	(9.492)
Reserva para Investimentos	-	24.152	(24.152)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	42.095	37.554	-	79.649
Lucro Líquido do Exercício	-	-	25.681	25.681
Destinação Proposta à A.G.O.:				
Dividendos	-	-	(11.014)	(11.014)
Reserva para Investimentos	-	14.667	(14.667)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	42.095	52.221	-	94.316

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado do Exercício		25.681	33.644
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa			
Amortização		161	162
Depreciação		4.327	4.333
Equivalência Patrimonial		(7.788)	(8.111)
Imposto de Renda e Contribuição Social		7.628	11.397
Juros e Variações Monetárias		9.999	12.258
Outros		249	249
		40.257	53.932
Redução (Aumento) de Ativos			
Concessionários		(1.096)	3.490
Depósitos Vinculados a Litígios		10	(6)
Imposto de Renda e Contribuição Social		(262)	290
Outros		(256)	(739)
		(1.604)	3.035
Aumento (Redução) de Passivos			
Encargos Setoriais		(281)	(227)
Fornecedores Setoriais		(268)	132
Salários e Encargos Sociais		148	222
Tributos e Contribuição Social		(181)	(1.090)
Outros		(1.277)	(2.999)
		(1.859)	(3.962)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Encargos de Dívidas Pagos		(10.021)	(13.418)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(10.227)	(12.016)
		16.546	27.571
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Imobilizado	5.1	(597)	(605)
Intangível	5.2	(11)	(9)
Proventos Recebidos		4.170	5.099
		3.562	4.485
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures Obtidos		-	74.448
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures Pagos		(27.006)	(40.000)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos		(24.992)	(40.000)
		(51.998)	(5.552)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		(31.890)	26.504
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No início do exercício		45.837	19.333
No fim do exercício		13.947	45.837

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (a “Companhia” ou “ECTE”) está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2 Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014 e esclarecimentos prestados pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF da Aneel que confirmam a não obrigatoriedade de preparação das práticas de consolidação de controladas, e permitem o cálculo da equivalência patrimonial de investimentos com base nas suas demonstrações contábeis societárias, todavia, a Companhia realizou o cálculo da equivalência patrimonial dos investimentos com base nas demonstrações contábeis regulatórias.

Essas Demonstrações Contábeis Regulatórias são separadas das Demonstrações Contábeis Estatutárias Societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As diferenças estão demonstradas na nota explicativa nº 13, para melhor entendimento do leitor.

3 Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis Societárias apresentadas nas páginas 14 a 18, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

- **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários são classificados em “valor justo por meio do resultado”, enquanto as Concessionárias e permissionárias são classificadas como “ativo financeiro pelo custo amortizado”.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

- **Imobilizado em serviço:** Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

- **Imobilizado em curso:** Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os encargos financeiros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía nenhum ativo qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas.

- **Intangível:** Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a debêntures obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía nenhum intangível qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas.

- **Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.
- **Passivos financeiros:** A Companhia classifica fornecedores e debêntures como outros passivos financeiros, sendo estes reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado.
- **Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
- **Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.
- **Provisões para contingências:** As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

Tributação

Impostos sobre a receita

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- **Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%**
- **Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00%**

Imposto de renda e contribuição social:

- **Correntes**
O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia é calculado pelo regime de lucro real.
- **Diferidos**
Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

- **Reconhecimento da receita:** A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.
- **Receita anual permitida (RAP):** A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.
- **Receita de juros:** A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.
- **Resultado por ação:** A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

4 Consumidores e Concessionárias e Permissionárias

Composição das Contas a Receber

DESCR IÇÃO - R\$ Mil	VALORES CORRENTES				TOTAL 2018	TOTAL 2017
	CORRENTE A VENCER	CORRENTE VENCIDA				
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	5.029	29	2	882	5.942	4.846
TOTAL	5.029	29	2	882	5.942	4.846

5 Imobilizado

5.1 A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Transmissão	152.479	-	-	2	-	152.481	2	(68.764)	83.717	88.040
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	93	-	-	-	-	93	-	(60)	33	36
Máquinas e Equipamentos	152.267	-	-	2	-	152.269	2	(68.589)	83.680	87.999
Veículos	105	-	-	-	-	105	-	(105)	-	-
Móveis e Utensílios	14	-	-	-	-	14	-	(10)	4	5
Administração	70	-	-	-	-	70	-	(65)	5	7
Máquinas e Equipamentos	48	-	-	-	-	48	-	(48)	-	2
Móveis e Utensílios	22	-	-	-	-	22	-	(17)	5	5
Subtotal	152.549	-	-	2	-	152.551	2	(68.829)	83.722	88.047

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Transmissão	14.107	576	(249)	(2)	10	14.442	325	-	14.442	14.107
Máquinas e Equipamentos	2.022	334	-	(2)	107	2.461	332	-	2.461	2.022
Outros	12.085	242	(249)	-	(97)	11.981	(7)	-	11.981	12.085
Administração	85	11	-	-	-	96	11	-	96	85
Máquinas e Equipamentos	30	11	-	-	-	41	11	-	41	30
Outros	55	-	-	-	-	55	-	-	55	55
Subtotal	14.192	587	(249)	(2)	10	14.538	336	-	14.538	14.192
Total do Ativo Imobilizado	166.741	587	(249)	-	10	167.089	338	(68.829)	98.260	102.239

5.2 A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Ativo Intangível em Serviço										
Transmissão	1.905	-	-	-	-	1.905	-	(85)	1.820	1.859
Servidões	1.705	-	-	-	-	1.705	-	-	1.705	1.705
Softwares	200	-	-	-	-	200	-	(85)	115	154
Administração	631	-	-	-	-	631	-	(531)	100	222
Softwares	479	-	-	-	-	479	-	(379)	100	195
Outros	152	-	-	-	-	152	-	(152)	-	27
Subtotal	2.536	-	-	-	-	2.536	-	(616)	1.920	2.081
Ativo Intangível em Curso										
Transmissão	601	11	-	-	-	612	11	-	612	601
Servidões	334	-	-	-	-	334	-	-	334	334
Softwares	35	11	-	-	-	46	11	-	46	35
Outros	232	-	-	-	-	232	-	-	232	232
Administração	1	-	-	-	-	1	-	-	1	1
Softwares	1	-	-	-	-	1	-	-	1	1
Subtotal	602	11	-	-	-	613	11	-	613	602
Total do Ativo Intangível	3.138	11	-	-	-	3.149	11	(616)	2.533	2.683

5.3 As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue:

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2018		2017	
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão	2,83%	152.481	(68.764)	83.717	88.040
Custo Histórico	2,83%	152.481	(68.764)	83.717	88.040
Administração	18,10%	70	(65)	5	7
Custo Histórico	18,10%	70	(65)	5	7
		152.551	(68.829)	83.722	88.047
Em curso					
Transmissão	-	14.442	-	14.442	14.107
Administração	-	96	-	96	85
		14.538	-	14.538	14.192
		167.089	(68.829)	98.260	102.239

5.4 A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizados, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Total
Máquinas e Equipamentos	345	345
A Ratear	7	7
Material em Depósito	235	235
Total das Adições	587	587

5.5 As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 674 de 2015 são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Transmissão	
Condutor do sistema	2,70
Equipamento geral	6,25
Estrutura do sistema	2,70
Religadores	4,00

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

5.6 As principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado e intangível em serviço no exercício foram:

Descrição do bem	em R\$ mil
1. 3 Esferas de Sinalização	2

5.7 As principais baixas (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do bem	em R\$ mil
1. Não houve baixas do imobilizado em serviço no exercício	-

6 Empréstimos e Financiamentos

6.1 Abertura do Endividamento - R\$ Mil

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pqto Juros	Frequência Pqto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo				
																	2019	2020	2021	2021	Total
2	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	515	35.810	76.764	113.089												-	22.547	30.942	23.275	76.764
2.1	Debêntures 3ª emissão - HSBC CORRETORA TÍTULOS	455	35.953	1.987	38.395	Sim	mai-15	Não há	CDI	2,15%	07/02/19	Trimestral	07/02/19	07/02/20	Trimestral	SAC	-	1.987	-	-	1.987
2.2	Debêntures 4ª emissão - Bradesco	60	(143)	74.777	74.694	Sim	set-17	Não há	N/A	107,75%	26/01/19	Mensal	26/05/20	26/09/22	Mensal	SAC	-	20.560	30.942	23.275	74.777
8	Total por Dívida	515	35.810	76.764	113.089												-	22.547	30.942	23.275	76.764
8.2	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	515	35.810	76.764	113.089												-	22.547	30.942	23.275	76.764

As cláusulas restritivas das debêntures da Companhia atualizadas pelo IGPM estão relacionadas à dívida líquida e em 31 de dezembro de 2018 está atualizada pelo IGPM estão no limite de R\$ 171.643 e R\$ 212.888 para a 3ª e 4ª emissão de debêntures.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento de todas essas obrigações definidas em contrato. Em 31 de dezembro de 2018, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas.

6.2 Abertura dos Ativos Financeiros - R\$ Mil

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Principal Curto Prazo	Saldo Total
9	Ativos Financeiros	13.947	13.947
9.1	Caixa e Aplicações Financeiras	13.947	13.947
9.1.1	Saldo Final de Caixa - Conta 111	49	49
9.1.2	Aplic. Financ. CDB	8.855	8.855
9.1.3	Aplic. Financ. Fundos DI	5.043	5.043

6.3 Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R\$ Mil

LIN	RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal de Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2018	Total 2017
11	(+) Dívida Bruta	515	35.810	76.764	113.089	140.151
11.2	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	515	35.810	76.764	113.089	140.151
12	(-) Ativos Financeiros	-	(13.947)	-	(13.947)	(45.837)
12.1	Alta Liquidez		(13.947)	-	(13.947)	(45.837)
13	(+) Dívida Líquida I	515	21.863	76.764	99.142	94.314
15	(+) Dívida Líquida II	515	21.863	76.764	99.142	94.314

7 Provisão para Litígios

R\$ Mil	Trabalhistas	Total
Saldos em 31/12/2017	150	150
Baixas	(150)	(150)
Saldos em 31/12/2018	-	-

8 Patrimônio Líquido

8.1 Capital Social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 42.095, representado por 42.095.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

Acionistas	Número de ações em milhares			
	Ordinárias	%	Total	%
Alupar Investimento S.A.	21.057	50,02	21.057	50,02
Centrais Elétricas de Santa. Catarina - CELESC	13.001	30,88	13.001	30,88
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A	8.037	19,10	8.037	19,10
	42.095	100,00	42.095	100,00

8.2 Reservas de lucros

	31/12/2018	31/12/2017
Reservas de lucros		
Reserva legal	8.419	8.419
Outras	43.802	29.135
	52.221	37.554

- **Reserva legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. Este limite foi atingido em 2010.
- **Outras:** Refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida lei. A Administração da Companhia entende que tal parcela do lucro deve ser retida.

9 Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	R\$ Mil	
	31/12/2018	31/12/2017
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	48.352	63.591
Total	48.352	63.591

10 Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal	4.412	4.206
Remuneração	2.361	2.450
Encargos	856	846
Previdência privada	107	72
Assistência médica	192	155
Despesas rescisórias	28	30
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	651	416
Outros	217	237
Administradores	443	599
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	331	343
Benefícios dos administradores	112	256
Total	4.855	4.805

11 Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	33.309	45.041
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota nominal	11.325	15.314
Efeitos fiscais sobre:		
Equivalência Patrimonial	(2.648)	(2.758)
Despesas e Provisões Indedutíveis	286	212
Depreciação	(1.526)	(1.528)
Receitas Regulatórias	(7.944)	(3.369)
Materiais	(202)	(122)
Constituição de passivo (ativo) tributário diferido	8.676	4.052
Lei Rouanet/ Esporte/ FIA	(167)	(380)
Outros	(24)	(24)
Ajuste de exercícios anteriores	(148)	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	7.628	11.397
Taxa Efetiva	22,90%	25,30%

12 Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

13 Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018

	Notas	31/12/2018			31/12/2017		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
<u>Ativo Circulante</u>							
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.2	13.947	-	13.947	45.837	-	45.837
Concessionárias e Permissionárias	4	5.029	(5.029)	-	3.955	(3.955)	-
Serviços em Curso		2.519	-	2.519	2.715	-	2.715
Contas a Receber Ativo Financeiro		-	5.029	5.029	-	49.688	49.688
Contas a Receber Ativo Contratual		-	39.958	39.958	-	-	-
Tributos Compensáveis		284	-	284	241	-	241
Despesas Pagas Antecipadamente		2	-	2	3	-	3
Outros Ativos Circulantes		1.545	-	1.545	5.261	-	5.261
<u>Ativo Não Circulante</u>							
Concessionárias e Permissionárias	4	913	(913)	-	891	(891)	-
Depósitos Judiciais e Cauções		18	-	18	28	-	28
Contas a Receber Ativo Financeiro		-	-	-	-	105.564	105.564
Contas a Receber Ativo Contratual		-	219.967	219.967	-	-	-
Outros Ativos Não Circulantes		25	4.099	4.124	25	4.099	4.124
Participações Societárias Permanentes		106.763	30.616	137.379	98.975	50.457	149.432
Imobilizado	5.1	98.260	(98.158)	102	102.239	(102.146)	93
Intangível	5.2	2.533	(2.432)	101	2.683	(2.459)	224
Total do Ativo		231.838	193.137	424.975	262.853	100.357	363.210

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018

		31/12/2018			31/12/2017		
	Notas	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
<u>Passivo Circulante</u>							
Fornecedores		391	-	391	659	-	659
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	6.1	36.325	-	36.325	27.594	-	27.594
Obrigações Sociais e Trabalhistas		924	-	924	776	-	776
Tributos		6.603	-	6.603	9.601	-	9.601
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio		11.014	-	11.014	24.992	-	24.992
Encargos Setoriais		3.319	-	3.319	3.566	-	3.566
Outros Passivos Circulantes		1.338	(1.002)	336	2.809	(2.478)	331
<u>Passivo Não Circulante</u>							
Fornecedores		-	-	-	-	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	6.1	76.764	-	76.764	112.557	-	112.557
Provisão para Litígios	7	-	-	-	150	-	150
PIS e COFINS diferidos		-	9.523	9.523	-	-	-
Tributos Diferidos		-	63.930	63.930	-	28.272	28.272
Passivos Financeiros Setoriais		-	-	-	-	-	-
Encargos regulatórios diferidos		-	7.827	7.827	-	-	-
Outros Passivos Não Circulantes		844	(844)	-	500	(500)	-
Total do Passivo		137.522	79.434	216.956	183.204	25.294	208.498
Patrimônio Líquido							
Capital Social	8.1	42.095	-	42.095	42.095	-	42.095
Reservas de Lucros	8.2	52.221	113.703	165.924	37.554	75.063	112.617
Total do Patrimônio Líquido		94.316	113.703	208.019	79.649	75.063	154.712
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		231.838	193.137	424.975	262.853	100.357	363.210

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018

	31/12/2018			31/12/2017			
Notas	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário	
Operações em Continuidade							
Receita / Ingresso							
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	9	48.564	(48.564)	-	63.591	(63.591)	-
Receita de Operação e Manutenção		-	9.169	9.169	-	7.296	7.296
Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão		-	49.383	49.383	-	46.385	46.385
(-) Parcela Variável	9	(212)	-	(212)	-	-	-
Tributos							
PIS-PASEP		(315)	(65)	(380)	(413)	-	(413)
Cofins		(1.453)	(301)	(1.754)	(1.908)	-	(1.908)
Encargos - Parcela "A"							
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(438)	-	(438)	(590)	-	(590)
Reserva Global de Reversão - RGR		(1.257)	(261)	(1.518)	(1.653)	-	(1.653)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(193)	(41)	(234)	(254)	-	(254)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		44.696	9.320	54.016	58.773	(9.910)	48.863
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		44.696	9.320	54.016	58.773	(9.910)	48.863
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"							
Pessoal e Administradores	10	(4.855)	-	(4.855)	(4.805)	-	(4.805)
Material		(40)	(593)	(633)	(126)	(359)	(485)
Serviços de Terceiros		(998)	-	(998)	(1.373)	-	(1.373)
Arrendamento e Aluguéis		(117)	-	(117)	(124)	-	(124)
Seguros		(20)	-	(20)	(29)	-	(29)
Doações, Contribuições e Subvenções		(175)	-	(175)	(391)	-	(391)
Provisões		150	-	150	(45)	-	(45)
Tributos		(59)	-	(59)	(48)	-	(48)
Depreciação e Amortização		(4.488)	4.362	(126)	(4.495)	4.366	(129)
Outras Receitas Operacionais		(249)	249	-	-	-	-
Resultado da Atividade		33.845	13.338	47.183	47.337	(5.903)	41.434
Equivalência Patrimonial		7.788	13.713	21.501	8.111	9.446	17.557
Resultado Financeiro							
Despesas Financeiras		(10.054)	-	(10.054)	(12.539)	-	(12.539)
Receitas Financeiras		1.730	-	1.730	2.132	-	2.132
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		33.309	27.051	60.360	45.041	3.543	48.584
Despesa com Impostos sobre o Lucro	11	(7.628)	(8.676)	(16.304)	(11.397)	781	(10.616)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade		25.681	18.375	44.056	33.644	4.324	37.968
Resultado Líquido do Exercício							
Atribuível Aos:							
Acionistas Controladores		25.681	18.375	44.056	33.644	4.324	37.968
Lucro Por Ação							
Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,610072		1,046585	0,799240		0,901960
Diluído - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,610072		1,046585	0,799240		0,901960
Lucro por Ação Originado das Operações em Continuidade							
Básico - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,610072		1,046585	0,799240		0,901960
Diluído - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,610072		1,046585	0,799240		0,901960

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

13.1 Efeitos de contabilização de contratos de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, a Companhia atua como prestador de serviço. A Companhia implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos

serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. A Companhia deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

(a) Contas a receber de clientes

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma.

O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica “Contas a receber de clientes”, passaram a ser considerados ativo financeiro a custo amortizado.

(b) Contas a receber ativo contratual

A Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que a Companhia recebe pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente de financiamento, estabelecida no início de cada projeto, que é 6,59% a.a.; e (ii) atualizado pelo IPCA.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Contas a receber ativo contratual”, como um ativo contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS não cumulativos e encargos regulatórios - RGR e TFSEE registrados na conta “Contribuições e encargos regulatórios diferidos” no passivo não circulante.

13.1.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Os ajustes são decorrentes substancialmente do reconhecimento das receitas financeiras e de construção oriundos da adoção do CPC 47 (IFRS 15) em 2018 (ICPC 01 (IFRIC 12) e OCPC 05 - contratos de concessão em 2017), e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

13.2 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	208.019	154.712
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	(103.335)
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(194.983)	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	81.280	28.272
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	94.316	79.649

13.3 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	44.056	37.968
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	(3.543)
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(27.051)	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	8.676	(781)
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	25.681	33.644